

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DE FORTALEZA EM DEBATE: REPRESENTAÇÕES EDUCACIONAIS ESCOLARES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1868 – 1876)

PRIMARY EDUCATION IN FORTALEZA IN DEBATE: SCHOOL EDUCATIONAL REPRESENTATIONS IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY (1868 - 1876)

LA INSTRUCCIÓN PRIMARIA DE FORTALEZA EN DEBATE: REPRESENTACIONES EDUCATIVAS ESCOLARES EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XIX (1868-1876)

Francisco Carlos Bernardino Filho¹
Adson Rodrigo Silva Pinheiro²

Resumo: Este artigo tem como objetivo debater as representações educacionais constituídas pelo Estado, pela Igreja e pela sociedade civil, a fim de discutir as implicações destas experiências fenomenológicas no funcionamento da instrução primária pública e privada de Fortaleza na segunda metade do período imperial. Conforme as tensões se desdobravam dos diferentes universos de representações educacionais, pluralizavam-se as agendas relacionadas à instrução primária. É na heterogeneidade das representações educacionais que se percebe as diferenças entre quem e o que está sendo representado, possibilitando, assim, múltiplos olhares sobre sujeitos, práticas e estruturas educacionais desenvolvidas. Para realizar essa discussão, utilizamos os jornais *O Cearense* e o *Fraternidade*, legislações, regimentos, relatórios e decretos relativos à instrução primária pública e privada de Fortaleza no período entre 1868 e 1876. Os resultados nos levam a refletir sobre a trajetória da instrução primária pública estatal, principalmente ligada à instrução privada de primeiras letras, realizada pelo Colégio Imaculada Conceição e pela Escola Popular Noturna, evidenciando as diferentes forças educativas envolvidas na educação pública e privada de Fortaleza durante o século XIX.

Palavras-chave: Instrução primária; História da Educação; escolas privadas; escolas públicas.

Abstract: This article aims to debate the “educational representations” constituted by the State, the Church, and civil society, to discuss the implications of these phenomenological experiences on the functioning of public and private primary education in Fortaleza in the second half of the imperial period. As tensions unfolded between different universes of educational representations, agendas related to primary education pluralized. It is in the heterogeneity of educational representations that the differences between who and what is being represented are perceived, thus enabling multiple perspectives on subjects, practices and educational structures to be developed. To carry out this discussion, we used the newspapers *Cearense* and *Fraternidade*, legislation, regulations, reports and decrees relating to public and private primary education in Fortaleza in the period between 1868 and 1876. The results lead us to reflect on the trajectory of state public primary education, mainly linked to private instruction in first letters carried out by Colégio Imaculada Conceição and Escola Popular Noturna, highlighting the different educational forces involved in public and private education in Fortaleza during the 19th century.

Keywords: Primary instruction; History of Education; private schools; public schools.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir las representaciones educativas constituidas por el Estado, la Iglesia y la sociedad civil, el fin de discutir las implicaciones de estas experiencias fenomenológicas en el funcionamiento de la instrucción primaria pública y privada en Fortaleza en la segunda mitad del período imperial. A medida que las tensiones se desarrollaban en los diferentes universos de representaciones educativas, se diversificaban las agendas relacionadas con la instrucción primaria. Es en la heterogeneidad de las representaciones educativas en que se notan las diferencias entre quiénes y qué están siendo representados, lo que permite múltiples perspectivas sobre sujetos, prácticas y estructuras educativas desarrolladas. Para llevar a cabo esta discusión, utilizamos los periódicos *O Cearense* y *Fraternidade*, legislaciones, reglamentos, informes y decretos relacionados con la instrucción primaria pública y privada de Fortaleza en el período entre 1868 y 1876. Los resultados nos llevan a reflexionar sobre la trayectoria de la instrucción primaria pública estatal, principalmente vinculada a la instrucción privada de primeras letras, realizada por el Colegio Imaculada Concepción y la Escuela Popular Nocturna, evidenciando las diferentes fuerzas educativas involucradas en la educación pública y privada de Fortaleza durante el siglo XIX.

Palabras clave: Instrucción primaria; Historia de la Educación; escuelas privadas; escuelas públicas.

Introdução

Para debater as representações educacionais constituídas a partir da instrução primária de Fortaleza entre 1868 e 1876, analisamos as influências educacionais de três entidades no período: o Estado, representado pela instrução primária pública; a Igreja Católica, através do colégio Imaculada Conceição; e a sociedade civil, com foco na Escola Popular Noturna de Fortaleza, ambos privados e voltados para a instrução primária.

As instituições educacionais estavam sujeitas a padrões de ensino estabelecidos em leis, regulamentos, decretos e regimentos. Dentro do que era oficial ocorriam conflitos de representação, cuja análise se torna importante. Nesse contexto, tanto escolas públicas quanto privadas buscavam legitimidade nas práticas educativas por meio das tentativas de realização dos critérios estabelecidos nas políticas educacionais, tais como regularidade no horário de funcionamento, organização das matérias ofertadas, presença de compêndios e estrutura material adequada (presença de mesas, cadeiras, quadros, armários e relógios, por exemplo).

À medida que as oportunidades de promover a instrução se expandiam, os diferentes ideais educacionais entravam em conflito. Isso ocorria porque as escolas primárias analisadas difundiam representações do mundo social, às vezes favoráveis ao regime monárquico, outras vezes simpatizantes dos ideais republicanos que estavam gradualmente se desenvolvendo.

A metodologia que orienta este trabalho concentrou-se na análise de documentos escritos presentes no reservatório online, que dispõe dos relatórios de província do Ceará, utilizados para problematizar as ações do governo provincial na sistematização da instrução elementar. Outro reservatório documental utilizado foi o da hemeroteca digital, a qual possui as edições dos jornais *Cearense* e *Fraternidade*, selecionados para dimensionar as iniciativas privadas e o embate de representações educacionais que surgiu a partir delas. O terceiro reservatório foi o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) que apresenta registros sobre a cobertura escolar, escolhidos para fundamentar a instrução primária em meio ao embate de representações educacionais.

O critério utilizado considerou fontes que tratavam das políticas educacionais na época, incluindo dados sobre o funcionamento das escolas, sua infraestrutura, provisão de professores, sistemas de inspeção, diretores responsáveis, métodos de ensino aplicados, bem como os orçamentos planejados, previstos e executados.

Para abordar as “representações” do Estado, foram selecionados os relatórios produzidos pelos presidentes da província do Ceará do período de 1868 a 1876, legislações educacionais como as que foram oficializadas para o ensino primário em 1868 e 1870 (Vieira; Farias, 2006a), resoluções e decretos relacionados à instrução primária pública e privada, além de excertos de notícias de dois jornais, *Fraternidade*

e *Cearense*, que debatiam os diferentes aspectos das práticas educativas primárias.

Todos esses documentos, como podemos observar, situavam-se na época em que programas de ensino, currículos e métodos foram discutidos com maior ênfase nas assembleias provinciais, haja vista que, nas décadas de 1840 e 1850, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil trabalhou na consolidação organizacional da instrução primária. Essa base documental foi analisada para compreender as intenções refletidas nas escolhas, seleções e definições conceituais expressas nas “representações educacionais” elaboradas pelo Estado, pela Igreja Católica e pela sociedade civil.

Nesse sentido, propomos uma análise inicial sobre a perspectiva do Estado no âmbito da esfera pública e das escolas primárias privadas, em particular o Colégio Imaculada Conceição e a Escola Popular Noturna de Fortaleza, ambas iniciativas desenvolvidas na segunda metade do século XIX. Esse contexto foi caracterizado pela autonomia concedida pelo governo provincial ao ensino privado, o que permitiu a expansão das atividades educacionais elementares privadas. Na segunda parte deste artigo foram examinados os conflitos que surgiram entre os ideais educacionais no contexto do debate político e institucional, com o objetivo de compreender as extensões e particularidades das representações fundamentadas no período entre 1868 e 1876.

Pretende-se, com estas análises, e de acordo com as novas tendências historiográficas educacionais, debater a heterogeneidade dos processos históricos inerentes à História da Educação. Além de Chartier (2002), utilizamos os fundamentos de Bourdieu (1983) e Elias e Scotson, (2000) para pensar as tensões sociais desdobradas pelos envolvidos na ação educativa da instrução primária pública e privada.

As representações oriundas da instrução primária de Fortaleza possibilitam refletir sobre o importante papel que tinham as escolas no ordenamento urbano, visto que no interior delas se materializaram as normas, posturas e condutas sociais esperadas pelo Estado, Igreja Católica ou sociedade civil. Além disto, cabe destacar que as escolas atuavam como difusoras dos elementos filosóficos, políticos e educacionais (seguindo princípios de desenvolvimento, aperfeiçoamento, disciplina e higiene pública), e que países preocupados em assinalar uma justa, racional e equilibrada política de investimentos neste setor alavancaram hipóteses de prosperidade.

Debater a instrução primária significa inseri-la no universo de representações que a caracterizaram, partindo da perspectiva de que o equacionamento operatório deste referencial busca delinear “uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro lado, a representação atua como exibição de uma presença como apresentação pública de algo ou de alguém” (Chartier, 2002, p. 20). Neste sentido, pensar a instrução primária a partir das representações educacionais constituídas pelo Estado, Igreja Católica e sociedade civil significa pensar a heterogeneidade das práticas educativas, a complexa teia de ideários e

fundamentações, bem como a pluralidade dos significados atribuídos ao exercício da cidadania na segunda metade do século XIX.

A necessidade de expandir a instrução pública levou ao interesse em estabelecer escolas para formar professores leigos. Isso coincidiu com a disseminação das ideias liberais de secularização do ensino primário, que ganharam destaque a partir do século XIX, influenciadas pela Revolução Francesa. Foi nesse período que a escola se tornou uma instituição estatal, com a instrução pública sendo organizada com base em modelos europeus de conhecimento. Inicialmente, a instrução pública era planejada e implementada de cima para baixo, com governantes que se baseavam em modelos europeus para entender a realidade brasileira da época. No entanto, também houve influência dos anseios da população não letrada.

Em Fortaleza, no início do Império, a instrução pública primária era limitada, com acesso restrito. As escolas públicas eram escassas e controladas pelo Estado Imperial, com influência da Igreja Católica. A Constituição de 1824 não abordava a educação primária em detalhes, deixando essa responsabilidade para as províncias. Além das escolas públicas, a instrução primária privada desempenhava um papel importante em Fortaleza. No entanto, as instituições privadas atendiam principalmente a camadas sociais mais privilegiadas, enquanto a população mais pobre tinha acesso limitado à educação. As escolas privadas refletiam os valores da época, com foco na moral, na disciplina e na religião. O contexto histórico da instrução primária em Fortaleza durante o Império foi de desafios, incluindo a falta de recursos financeiros e a escassez de professores qualificados. Em momentos de crise, os recursos destinados à educação eram frequentemente reduzidos em favor de outras necessidades, como a solução de problemas relacionados à seca (Silva, 2012, p. 20). No entanto, ao longo do século XIX, foram feitos esforços para ampliar o acesso à educação primária, especialmente nas áreas urbanas.

Por ser uma atividade constantemente modificada pelos agentes envolvidos na ação educativa em determinado contexto, a representação educacional pressupõe movimento, dinamismo, ação nas categorias de pensamento. Uma vez fundamentado o referencial desta discussão, podemos utilizar esta acepção para se referir tanto a categorias de pensamento que pareçam similares como àquelas que se distanciam. Neste exercício, as “representações educacionais” que partem da prática educativa das escolas inseridas na instrução primária pública e privada “visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (Chartier, 2002, p. 20).

Essas conexões entre a atuação dos sujeitos, formação e proposta político-educacional expressam mecanismos de inter-relação de valores, saberes e informações, que criam uma rede de significados basilar na composição do ideário político-educacional, tanto a nível local como nacional. Nos estabelecimentos de ensino primários observamos que

atores de origem social, formação intelectual e atuação profissional interagiam entre si. A reunião dos envolvidos na ação educativa em um mesmo núcleo de experiência buscavam “atingir determinados objetivos, finalidades e interesses compartilhados, apesar das diferenças internas, das divergências e tensões observadas [...] [nos] espaços [escolares]” (Gondra; Schueler, 2008, p. 66).

A análise que propomos parte de uma historiografia cuja primeira abordagem foi identificada nas décadas de 1930 e 1940 e foi caracterizada pela influência de estudiosos como Djacir Menezes, Sousa Pinto e Plácido Castelo. Eles abordavam a instrução pública a partir de uma perspectiva estrutural, quantitativa e política. A segunda abordagem, por sua vez, emergiu após o ano de 1980. Nesse período, as circunstâncias que moldaram a produção historiográfica foram influenciadas pelo fortalecimento da História Cultural, que permitiu a análise de práticas e representações culturais relacionadas à educação, instrução e ensino das primeiras letras.

No entanto, poucas pesquisas abordaram os mecanismos de inspeção da instrução primária. Alguns trabalhos, como os de Adriana Madja Feitosa (2008b) Dianaídes Diniz (2008) e Bárbara Silva (2012), contribuíram para a reflexão sobre a instrução primária a partir das renovações historiográficas das décadas finais do século XX. Adriana Madja Feitosa (2008b), em sua dissertação “Escola primária na província do Ceará: organização e formação docente”, discutiu o currículo escolar da instrução primária, destacando a importância do inventário produzido pelo inspetor de aulas para avaliar a disponibilidade de recursos nas salas de aula cearenses durante o período imperial. Dianaídes Diniz (2008) investigou as representações sobre o trabalho docente e as práticas educativas. Sua pesquisa explorou as configurações dialéticas entre diretores, inspetores e professores, revelando tensões sociais nesse contexto.

Bárbara Silva (2012) examinou reclamações feitas contra professores em exercício na vila de Aquiraz, algumas delas realizadas por inspetores. Seu trabalho enfatizou a importância das inspetorias para o funcionamento da instrução primária na província do Ceará, destacando a coleta de dados, a apresentação de pareceres sobre materiais escolares e a comunicação com o diretor geral da instrução pública (Silva, 2012). Recentemente, Antônio Roberto Xavier, Glauber Robson Lima e Lisimére Cordeiro do Vale Xavier (2020), em “História e Educação no Ceará: da colônia à República Velha”, adotaram uma abordagem teórico-conceitual densa, explorando a experiência fenomenológica educacional no Ceará Imperial. Esses estudos contribuíram para a compreensão das práticas educativas e das representações culturais e educacionais no contexto da instrução primária no Ceará Imperial.

A análise aqui realizada também pode ser integrada ao estudo de Faria Filho sobre a instrução primária no século XIX, ao considerar as práticas educativas locais em conexão com o que foi discutido em nível nacional. Faria Filho demonstrou que, inicialmente, a escola precisou conquistar um significado e um estatuto como mediadora do

conhecimento especializado e fragmentado, fundamentados em programas de ensino e na disciplina temporal para as várias matérias (Faria Filho, 2000, p. 135-149). Esse arranjo curricular e temporal, alinhado às políticas educacionais em nível nacional e provincial, também influenciou a formação das diferentes representações educacionais.

Diante do exposto, é oportuno destacar que a abordagem da referida temática possibilita a leitura e releitura contínua das experiências fenomenológicas acerca do funcionamento da instrução primária pública e privada de Fortaleza durante o Segundo Reinado. A continuidade destas discussões movimentou o debate historiográfico e preenche lacunas sobre como se davam as representações educacionais no contexto do período imperial na capital da província cearense. Ao trazer tais pontos, o estudo avança na perspectiva da produção acadêmica interdisciplinar, evidenciando os principais nexos nas representações educacionais analisadas, entrecruzando História e Educação.

Representações educacionais: a ação do estado na instrução pública e privada primária de Fortaleza (1868-1876)

O sistema educacional de Fortaleza, no decorrer do século XIX, teve suas bases orientadas pela legislação oficializada em outubro de 1827 – a mesma que serviu de referencial para diversas províncias brasileiras. Este documento atribuiu à escola o papel da formação durante o processo de instrução (a qual incumbia o ensino de leitura, escrita, quatro operações matemáticas, moral constitucional do império e doutrina cristã), definia o método *do ensino mútuo* para possibilitar a eficácia do ensino e determinava os critérios necessários para se tornar professor de primeiras letras – qualificações, conduta moral e rendimentos (Brasil, 1827).

Focaremos nossa discussão no primeiro aspecto da instrução primária: a escola, especificamente de nível primário, e nas iniciativas que giraram em torno dela, principalmente discursos e projetos oriundos do Estado, da Igreja e da sociedade civil, consideradas como três forças educativas essenciais ao funcionamento da instrução primária ao longo do período imperial (Gondra; Schueler, 2008).

A organização da agenda educacional se estruturou da seguinte forma: em relação à formação, havia escolas militares, civis, religiosas e técnicas; em relação ao nível de ensino, encontravam-se as categorias primária, secundária e superior; em termos de gênero, havia escolas específicas para meninos, escolas para meninas e escolas mistas, atendendo a ambos os sexos. Quanto à categoria, existiam escolas públicas, financiadas pelo Estado, e escolas privadas, geralmente apoiadas pela sociedade civil e pela Igreja Católica (Gondra; Schueler, 2008).

A documentação indica que na instrução primária existiam diferenças na adoção

das classes (ou aulas): para meninos e meninas, ofertava-se ensino de instrução moral, instrução religiosa, leitura, escrita, noções essenciais de gramática, princípios de aritmética (prática das quatro operações com números inteiros, quebrados, decimais e complexos), sistema usual de pesos e medidas oficiais do Império. Apenas para o sexo feminino, adicionam-se as cadeiras de agulha e prendas domésticas (Ceará, 1868, p. 20). É “legítimo afirmar que o ensino público cearense é organizado em primeira mão pelos regulamentos e instruções da Diretoria de Instrução que direcionam e controlam a organização do ensino e a formação” (Feitosa, 2008a, p. 10).

Uma edição publicada no *Cearense* no ano de 1868 problematiza a importância daquilo que se aprendia através da leitura. Ao discutir a proporcionalidade entre a quantidade de bibliotecas e obras, o jornal aponta indícios do material teórico utilizado, em que se aprendia através de compêndios oriundos da França, enaltecendo as bases educacionais deste país. Conforme a notícia:

Conhece-se hoje de um modo muito preciso o número dos volumes que contem as principaes bibliotecas dos Estados Europeus. [...]. A bibliotheca de Paris, [é] a mais vasta e a mais bem dotada [...] [que o] mundo possui [...]. [...] [possuem] em geral obras antigas muito preciosas e que tratam de matérias religiosas e ecclesiásticas (*O Cearense*, 1868, ed. n.2538, p. 2).

Falar da ação do Estado na instrução primária implica pensar aquilo que se aprendia através das diversas competências oficializadas. Quando o Jornal *Cearense* faz menção a livros, compêndios e materiais de leitura, atentamos para “duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades” (Barros, 2017, p. 20). Essa análise reflete sobre mecanismos de apropriação que influenciaram a vivência das políticas educacionais cearenses na confecção das classes primárias. Ao fazer referência à experiência cultural francesa, podemos sugerir que se buscou constituir uma experiência fenomenológica própria para a instrução de primeiras letras em Fortaleza, experiência essa inspirada em “matérias religiosas e eclesiásticas” vigentes da Europa (*O Cearense*, 1868. ed. n. 2538, p. 2).

Além de deliberar sobre os mecanismos voltados especificamente para a educação, o Estado também pensou na fiscalização destes. É o que assinala o Art. 2 da legislação pensada em 1864. Nela é possível observar a divisão da província em distritos literários, os quaes poderão compreender de uma até duas comarcas sob a inspecção e vigilancia de um inspetor literario em cada districto, nomeado pelo presidente de provincia, fornecendo uma gratificação que não excederá de 600\$000 annuaes, continuando em vigor a lei n° 912, de 16 de agosto de 1860, ato apto que pela presente fôr expressamente derogada (Ceará, 2006d., p. 29).

Fiscalizar a instrução primária significava tomar conhecimento do progresso dos estudantes, mapear a situação estrutural das escolas, ter um aparato substancial de informações e planejar novas medidas em prol do melhoramento das primeiras letras na capital da província do Ceará. A pauta parece ter ganhado importância na legislação de 1870, considerando que ocorreu a especialização dos distritos literários e dos objetivos sobre a fiscalização do ensino. Conforme a referida legislação, a província seria dividida:

em trez districtos, em cada um dos quaes haverá um delegado do director geral, que, em correição annual, inspeccione todas as aulas alternadamente, regularise o ensino, advirta, reprehenda e imponha outras penas disciplinares aos professores pelas faltas, em que incorrerem, e conforme a natureza d' ellas. Na divisão dos districtos não será comprehendido a comarca da capital, que fica debaixo da inspecção immediata do director geral. O emprego de delegado será remunerado com um ordenado não inferior a dous contos e quatrocentos mil réis. (Rs.2:400\$000) (Ceará, 2006b., p. 34).

Outro critério importante para se pensar a instrução primária e como foi desenvolvida e operacionalizada é a observação da quantidade de escolas, visto que por meio delas deveriam se instrumentalizar as práticas educativas deliberadas nas legislações. A criação delas e de classes foi evidenciada a partir de um critério quantitativo, especificamente a frequência dos alunos. A esse respeito, a Resolução n. 1381, oficializada em dezembro de 1870, destaca no §12 que “cadeiras de primeiras letras [seriam criadas], onde se provar que podem matricular de dezesseis meninos para cima, e suprimindo as que tiverem menos d'este número” (Ceará, 2006b., p. 35).

Já na instrução primária privada pode ser observada uma maior autonomia na condução e fomento na ação pedagógica. Isso pode ser observado no relato do 2º vice-presidente da província do Ceará Joaquim da Cunha Freire, que declara que o ensino particular estava inteiramente livre, independente da referida licença, mas o professor ou diretor do colégio ficava obrigado, sob possibilidade de multa “à dar o mappa de seus alumnos, e a ser-lhe prohibido o ensino se ofender a religião catholica, à moral e aos bons costumes” (Ceará, 2006b., p. 35).

Torna-se evidente que o Estado desempenhou um papel preponderante na instrução primária. Essa influência é justificada pela proliferação de legislações, regulamentos, decretos e regimentos promulgados desde a implementação do Ato Adicional de 1834. Esse marco histórico concedeu às Assembleias Legislativas provinciais uma maior autonomia para deliberar sobre todos os aspectos relacionados à instrução primária, tanto pública quanto privada (Gondra; Schueler, 2008). Além desta questão, deve-se salientar que foi através do Estado que se constituiu, em maior grau, a centralidade da escola como mediatrix do conhecimento, cabendo a ela disseminar o que considerava

como boa cidadania desde os primeiros anos da vida da criança.

As decisões tomadas em relação às disciplinas a serem oferecidas representam categorias de escolhas, seleções, limitações e intenções que revelam visões de mundo social, elaboradas pelos agentes envolvidos na educação, incluindo o Estado (Chartier, 2002). Através das legislações oficiais, é possível discernir a representação educacional que o Estado buscava implementar desde o ensino primário. Nesse contexto, a visão educacional do Estado estava fundamentada nos princípios da doutrina cristã e estava alinhada com a tipologia moral estabelecida na Constituição, ou seja, a concepção de moral que era baseada nos artigos da legislação de 1827. Essa conexão ficou evidente na oficialização de aulas específicas que abordavam os conteúdos relacionados a princípios constitucionais e ao sistema usual de pesos e medidas vigentes no século XIX (Ceará, 1868, p. 20).

As iniciativas escolares oriundas do governo provincial e de estratos como a Igreja Católica e a sociedade civil possibilitaram o surgimento de representações sociais semelhantes e contrastantes, fato que nos permitiu refletir sobre a dialogia existente entre políticas e representações educacionais no ensino de primeiras letras em Fortaleza. Passaremos à análise de outras forças educativas para perceber com maior amplitude as disputas de representações educacionais existentes no recorte temporal supracitado.

Representações educacionais: a ação da Igreja na instrução primária privada de Fortaleza (1868-1876)

A ação educativa da Igreja Católica pode ser vista através de duas escolas: o Seminário Episcopal do Ceará (fundado em 1864) e o Colégio da Imaculada Conceição (fundado em 1865). Ambas “seguiram de perto uma à outra, operando coordenada e mutuamente nos trabalhos do culto, do ensino, na formação de sacerdotes, de líderes e famílias cristãs” (Andrade, 1965, p. 2). Apesar de majoritariamente focado no ensino secundário e na preparação de sacerdotes por meio de um currículo dividido em preparatório e teológico³, é indiscutível que o Seminário Episcopal influenciou a iniciativa das irmãs educadoras do Colégio da Imaculada Conceição no ensino de primeiras letras. Contudo, como a análise centra-se na instrução primária, focaremos nosso olhar na iniciativa das irmãs educadoras.

O Colégio Nossa Senhora da Conceição era uma escola de iniciativa católica e privada, destinado ao sexo feminino, tendo sido dirigido pela Reverenda Margarida Rasef e por mais sete irmãs de caridade. A instituição dividia suas finalidades em pensionato e recolhimento de órfãs. Para as pensionistas havia aulas de instrução religiosa, primeiras letras, gramática nacional, francês, aritmética, geografia, história

pátria, elementos de civilidade, trabalhos de agulha e bordados, desenho, música vocal e piano. As órfãs aprendiam as mesmas matérias, com exceção de geografia, história pátria, desenho e piano⁴, demonstrando adequação aos parâmetros oficiais da educação fortalezense durante o Segundo Império. A estreita relação entre a doutrina católica e as alunas – fossem órfãs ou pensionistas – é destacada na notícia subscrita retirada do Jornal *Cearense*

Domingo teve lugar na cathedral a primeira comunhão das alumnas do collegio da Imaculada Conceição, derigido pelas congregadas de S. Vicente de Paula, participando também do banquete divino as meninas da 5ª aula desta capital, regida pela Exm.^a Sr.^a D. Urçula Guerra (*O Cearense*, Fortaleza, 18.10.1871, ed. n. 120, p. 1).

A formação das alunas integrantes do Colégio Imaculada Conceição estava em conformidade aos programas deliberados pelo Estado na Resolução de 1870. Tal qual a “representação educacional” sistematizada para os meninos, as classes e a rotina das pensionistas e das órfãs revelavam algumas das representações que se faziam sobre as meninas. Elaborava-se fenomenologicamente comportamentos e valores que eram fundamentados nas políticas educacionais desde antes de 1868 e transmitidos às meninas, desde pequenas, visto que tinham matérias diferentes daquelas ofertadas aos meninos, tais como corte, costura e prendas domésticas (Oliveira; Barbosa, 2009), conferindo-lhe um lugar pautado por normatizações coercitivas. “O acesso à escola [...] poderia garantir um rígido controle sobre [estes] valores e o comportamento social da população, sobretudo as mulheres” (Santos; Medeiros; Cavalcante, 2020, p. 238).

As representações constituídas sobre as meninas ingressas e egressas do Colégio Imaculada Conceição são vinculadas à imagem familiar do que se consideravam boas filhas, as quais recebiam inclinações à resiliência, parcimônia e doutrina cristã (Oliveira; Barbosa, 2009). Na época, os discursos enfatizavam a importância da educação moral para as mulheres. Valores como honra, fidelidade e maternidade eram promovidos e difundidos pela imprensa do período, que desempenhava um papel significativo na regulamentação desses comportamentos. Isso contribuía para justificar as ações normativas do Estado em relação às famílias.

No entanto, mesmo com a pressão social para aderir a esses padrões, muitas mulheres desafiavam esses discursos moralizantes em sua vida cotidiana. Embora algumas admitissem arrependimento público por ações consideradas “erradas”, como perder a virgindade ou ter gravidez fora do casamento, esses discursos eram frequentemente questionados. O controle sobre os meios de comunicação, como a imprensa, a justiça e a escola, combinado com a marginalização das experiências e conhecimentos das mulheres no século XIX, contribuiu para criar uma imagem idealizada da mulher “respeitável” (Lima, 2019).

Como as escolas privadas tinham autonomia para elaborar seu programa de ensino, não se pode ignorar a composição de um currículo influenciado pelo processo de romanização sobre o qual passava o Ceará, responsável por levar um debate de ordem política para o interior das questões educacionais (Porto, 2005).

Representações educacionais: a ação da sociedade civil na instrução primária privada de Fortaleza (1868-1876).

A Escola Popular Noturna de Fortaleza configurou um bom exemplo para pensar a ação da sociedade civil como diversificadora de programas de ensino e expressões fenomenológicas de mundo social. A Escola Popular foi um estabelecimento de nível primário e privado, inaugurado em 31 de maio de 1874 com sede oficial na Rua do Rosário nº 44. O primeiro edifício da instituição, entretanto, localizou-se na Rua Conde d'Eu nº 98, conforme outros periódicos da época, interessados em noticiar o surgimento de uma escola noturna na capital da província. Sobre a inauguração da Escola Popular Noturna falava o *Cearense*:

Alguns moços inteligentes, inspirados nos mais nobres sentimentos, resolveram abrir uma escola noturna, que denominaram Escola Popular. Sua inauguração terá lugar amanhã, na casa n.98 da Rua do Conde d'Eu, e funcionará das 6 ½ às 10 horas da noite. Folgamos de registrar este facto que muito enobrece a estes moços, cujos nomes não podemos furta de declinar, e são eles – João Lopes Ferreira, Benjamin Constâncio de Moura, Raimundo Antônio da Rocha Lima e Israel B. de Moura (*O Cearense*, 1874, p. 2).

A escola começou seus trabalhos no dia 02 de junho de 1874, das 18h30min às 22h30min (horário regular), com a abertura de lições sobre língua nacional, aritmética, geografia, história, francês e primeiras letras. A Escola Popular dialogava com o público gratuitamente nas quintas-feiras, ocasião em que não funcionava para aulas regulares, explicando e problematizando a Constituição do Império, os editoriais veiculados nos jornais da época e o ensino de moral.

A adoção de matérias como aritmética, leitura e gramática, exercício de contas e escrita e língua nacional alinhavam a proposta da Escola Popular ao que era esperado da instrução primária nos programas de ensino fortalezense, oficializados no contexto de 1870 (*Fraternidade*, 1874, p. 3). O principal objetivo da Escola Popular Noturna consistia em oportunizar uma educação escolar de natureza civil a operários recém-saídos do expediente de trabalho (Silva, 2007). Além do diferenciado público que buscava atingir, divulgava representações sociais e de mundo distintas da maioria das escolas públicas, fomentadas ou pelo Estado ou pela Igreja Católica.

As representações educacionais sistematizadas pela Escola Popular precisam ser pensadas para além do mecanismo legal do Estado, visto que também se percebe, neste estabelecimento, uma confluência entre valores políticos e educacionais. Neste sentido, podemos citar a influência da Academia Francesa, movimento de ordem literária e filosófica que debatia o pensamento científico francês. Também percebemos a apropriação dos conceitos franceses de “civilização”, “progresso” e “ciência” para formular uma proposta de educação escolar civil humanista, distante dos valores defendidos pelo modelo católico de ensino.

A utilização de teóricos como Spencer, Taine e Buckle sugerem que esta última noção, apropriada pela Escola Popular, defende um porvir onde o regime imperial e a doutrina católica seriam superados, prevalecendo o regime republicano e o Estado laico. Grande parte das representações educacionais sistematizadas pela Escola Popular também pode ser associada ao movimento conhecido como Geração de 1870, caracterizada por utilizar “argumentos e justificativas para expressar seu dissenso e imaginar projetos de reforma em terrenos novos, distantes da maneira de pensar e das formas de expressão da tradição Imperial [...] [o qual] recorre, sobretudo, à emergente ciência da vida social” (Alonso, 2002, p. 162). Um conjunto de princípios foi difundido através destas conferências populares que, como veremos, constituíram eventos em que partidários dos ideais cientificistas e naturalistas expressavam-se junto ao aparato da instrução primária privada regular. Podemos dizer que a representação educacional oriunda da Escola Popular Noturna de Fortaleza defendia diante da classe operária uma instrução civil e humanística, a qual demarcava uma visão laica que partia das ideias de progresso, ciência e riqueza.

Tensões e embates de representações na instrução primária pública e privada de Fortaleza (1868 – 1876)

A análise de um embate de representações está relacionada à pluralidade de ações dentro de determinado espaço político, institucional e/ou educacional. Apresentaremos três iniciativas que demonstram tensões entre as representações de educação escolar desenvolvidas em Fortaleza entre 1868 e 1874: no caso do Estado, com as distâncias entre a representação educacional e a prática, especificamente pensando a tipologia moral constitucional; no caso da Igreja Católica, com as divergências entre as representações educacionais de resiliência entre pensionistas e órfãs; no caso da Escola Popular Noturna, com a realização das conferências populares, que trazem representações educacionais de laicidade, cientificismo e naturalismo, mas que ao invés de recorrer à solidez da iniciativa, pouco tempo depois fecha suas portas devido à escassez de recursos e à divergência de alguns dos ideais oriundos do governo provincial àquela época, os quais elencaremos ao longo desta discussão. A escolha destas ações foi pensada exatamente segundo a equação fenomenológica das

representações, marcadas, muitas vezes, pela tensão entre aquilo que elas representam no plano teórico e aquilo que é representado no plano prático (Chartier, 2002).

Apesar da densa reconfiguração presente nos mecanismos de apropriação e representação, o contexto da instrução pública primária comprometia a eficácia desta tipologia. Dentre os problemas apontados, os mais recorrentes eram a respeito da qualificação (devido à inexistência de uma Escola Normal), remuneração e pouca procura para o exercício do magistério primário (Ceará, 1871); a infraestrutura (falta de edifícios, utensílios e móveis característicos) das escolas onde funcionavam as classes primárias (Ceará, 1870); atraso na execução das reformas legislativas (Ceará, 1872); ineficácia dos sistemas de inspeção da instrução pública e privada de primeiras letras, em categorias de distrito e comarca, como consequência da falta de estímulo e de remuneração (Ceará, 1870). Neste sentido, podemos inferir que a tensão na representação educacional equacionada para a instrução pública primária é expressa diante da sua comprometida circunstância material, operacional e financeira.

Para discutir as divergências entre as representações educacionais de resiliência propostas para as pensionistas e órfãs, consultamos o jornal *Fraternidade* – com as devidas ressalvas, principalmente porque integrava um partido político oposto àquele depreendido pelo Colégio Imaculada Conceição. Essa publicação, que denunciava supostas hierarquizações, podem ser observadas no trecho seguinte:

A Assembleia votou a quantia de 3.000\$000 [três milhões de contos de réis] anuaes para manutenção desse pio estabelecimento [Colégio Nossa Senhora da Conceição]. Installou-se o Colégio e logo o jesuitismo deixou cahir a máscara. Em vez de um estabelecimento exclusivamente destinado as órphans, converteu-se num internato de pensionistas – fonte de especulação – fazendo despertar nas creanças dous sentimentos perigosos: nas pobres orphans – a inveja – e nas pensionistas – o orgulho -, enquanto pensionistas trajam bem, tem boa meza e recebem uma educação – ahinda que defeituosa – orphans maltrapilhas, servem de creadas, passam mal e nada aprendem. Estas [órfãs] olham para aquelas [pensionistas] com inveja e maldizem sua pouca sorte; aquelas encaram a estas com altivez. Eis os frutos que se colhe do tal colégio regido pelas irmãs de caridade (*Fraternidade*, Fortaleza. 31.07.1874, ed. n.º 36. p.1).

Através da notícia se percebe a distinção feita entre as alunas do Colégio Imaculada Conceição, destacando, sobremaneira, os mecanismos de autodeterminação e/ou exclusão operacionalizados individual e coletivamente das pensionistas em relação às órfãs. Quando pensamos a sociologia das relações de poder, partindo de microanálises em direção a um todo mais abrangente, utilizando um repertório documental heterogêneo e um rico método de observação das especificidades grupais na composição desta instrução primária, pensamos, respectivamente, o grupo das

pensionistas como as estabelecidas e o das órfãs como *outsiders*.

Essa atribuição de categorias parte do entendimento de que as pensionistas possuíam privilégios, como: ocupar os melhores assentos, vestir as melhores roupas, consumir as comidas mais gostosas. A partir dos instrumentos de afastamento operacionalizados pelos estabelecidos, os *outsiders* não se percebem como grupo, acabando por enfraquecerem sua autorrepresentatividade. Essa dispersão promove a contínua dialética comunitária da estigmatização. Um grupo só pode classificar outro com eficácia “quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (Elias; Scotson, 2000, p. 22). Apresenta-se, nesta possibilidade de interface entre pensionistas e órfãs, o confronto entre a representação educacional que pensava as meninas como resignadas desde a primeira infância, a dinâmica de trocas de contatos, diálogos e experiências que lhes eram próprios – neste caso específico, rivalidades entre alunas pensionistas estabelecidas e alunas órfãs *outsiders*, como consequência da sociologia das relações. Nesta mesma linha de raciocínio e ainda mais claramente, verifiquemos esta suposta denúncia:

Collegio de Orphãs, casamento destas, despendio do seu patrimônio ou dos dinheiros provinciaes, tudo está sob as vistas únicas do Sr. D. Luiz; e nem o presidente da província, e o procurador fiscal da fazenda provincial, nem o provedor da comarca, ou o curador dos órphaos olha para aquilo! Responderemos aos tríduos e as novenas das caridosas irmãs de S.Vicente, que atravessaram o oceano para vir ensinar a fé e fundar a caridade que, aqui, distinguem pobres e ricos, nobres e plebeos, como em outras situações da sociedade europea, quando o padre sustentava os velhos abusos para que os senhores lhe concedessem da sua parte de viver, como d’antes (*Fraternidade*, Fortaleza. 31.07.1874. Edição nº 36. p.1).

O regimento do Colégio Imaculada Conceição, além de garantir recolhimento e ensino para pensionistas e órfãs, assegurava o casamento para as moças que concluíssem seus estudos e tivessem vinte e um anos completos. Muitos destes matrimônios eram feitos sem o consentimento judicial. Para cada órfã desvalida, além dos donativos, a província contribuiria financeiramente destinando duzentos e cinquenta réis (250\$00).

Segundo o periódico maçônico *Fraternidade*, edição nº 36 de 31 de julho de 1874, apesar dos donativos, as órfãs permaneciam com os aposentos piores, eram mal vestidas, mal calçadas, não tinham dormitórios adequados e tinham o pior lugar na mesa de refeições. Na realização das missas, tomavam a comunhão por último. Não recebiam nenhum rendimento pela produção dos trabalhos manuais com agulha. O mesmo tratamento não era destinado às meninas ricas - pensionistas. Reitera-se aqui o choque entre a representação educacional que constituía a menina sob duas insígnias: a da paciência, honra e instrução (Santos; Medeiros; Cavalcante, 2020) e

aquela pautada na hierarquização, exclusão e estigmatização (Fraternidade, 1874, p. 1).

O terceiro debate analisa a atividade produtiva ocorrida no auditório da Escola Popular Noturna, que desempenhou um papel fundamental na formação de suas representações da sociedade, alinhadas com as ideias de laicidade, cientificismo e progresso social. Em seguida, examinam-se as razões que levaram essa iniciativa a encerrar suas atividades pouco tempo após essas conferências.

A Escola Popular Noturna realizou as seguintes conferências: “A Escola”, por Dr. Quintiliano; “Liberdade Religiosa”, por Dr. Xilderico de Faria; “Religião”, por Dr. Amaro Cavalcante; “O Papado”, por Dr. Araripe Júnior; “Geognose da Terra”, por Dr. Theberge; “Educação na Família”, por Dr. José Castelões; “Eletricidade”, por Dr. Borges da Silva; “Soberania Popular”, por Dr. Pompeu Filho (Fraternidade, Fortaleza. 11.12.1874. ed. n. 51. p. 3).

A confluência entre política e educação escolar civil na Escola Popular fica nítida quando refletimos a eclosão do curso de conferências públicas (ou populares, como costumavam chamar os conferencistas), ocorridas em junho de 1874. Nas ocasiões, os conferencistas disseminavam as ideias específicas da sua comunidade de experiência.

O descrédito atribuído às instituições de ensino privadas católicas é resultado do imaginário social e de crenças, compreendidas como respostas da identificação coletiva, da organização da experiência comum a partir do modelo que é pensável em determinada época, incluídos aí os campos de poder (Cordeiro, 1997. p. 248).

A ideia do curso era agregar as práticas educativas da Escola Popular Noturna de Fortaleza por meio de uma série de discussões e teses que analisavam temas como a ação da Igreja e a importância da instrução na formação das famílias. Logo, esperava-se cumprir duas finalidades com as conferências populares: a primeira era oportunizar aos trabalhadores pobres ou operários, impossibilitados de frequentar as aulas nos dias regulares, a formação exigida pelos dispositivos legais da instrução primária provincial; a segunda finalidade consistia na disseminação de valores constituintes do universo de ideias defendidas pela Escola Popular no campo científico (como o naturalismo, racionalismo e evolução social à luz de estudiosos como Lamarck, Charles Darwin e Buckle) e político-religioso (como a adoção do regime republicano e a separação entre Igreja e Estado).

As conferências populares realizadas na Escola Popular acabaram elaborando algumas representações educacionais. Por exemplo, em “soberania popular” Pompeu Filho traz representações de um porvir marcado pelo progresso individual, social, científico e político. Prevalece no conferencista a representação alinhada ao

positivismo, a uma educação escolar civil e ao papel da família enquanto incentivadora da instrução desde os primeiros anos.

Em Araripe Júnior, nas discussões sobre o “papado”, prevalece a hermenêutica que decompõe a origem, a consolidação e as iniciativas históricas da Igreja Católica até o contexto do século XIX. Por este motivo, após estabelecer suas categorias de pensamento sobre a ação eclesial na vida social, Araripe Júnior constrói suas representações educacionais alinhadas à necessidade de separação entre Igreja e Estado, seja no âmbito político ou nos componentes da instrução em geral.

Ao mesmo tempo em que os ideais republicanos ganhavam vigor, a monarquia lutava para assegurar sua influência. As diretrizes curriculares públicas e privadas, além de configurarem o mecanismo legal, possibilitaram analisar como as instituições pensavam o exercício da cidadania neste fluido campo de disputas. O cidadão ganha *status* na segunda metade do século XIX ao ser reconhecido como intelectual, ou seja, quando pensar a própria realidade, e é capaz de integrar uma teia de composições identitárias comuns, seja em livros, jornais, revistas ou qualquer meio de comunicação em massa (Freire; Silva, 2018).

Neste novo cenário que se constituía, as instituições buscaram seus instrumentos de legitimação política, religiosa e social nas representações educacionais, uma vez que “o espaço social é compreendido nas múltiplas dimensões e agentes específicos em cujos campos políticos e culturais desenvolvem-se as lutas pelo poder simbólico” (Bourdieu, 1983, p. 174). No âmbito do ensino primário privado em Fortaleza, coexistiam e competiam seis instituições, com uma análise mais detalhada sendo dedicada ao Colégio Imaculada Conceição. Dessas instituições, a maioria tinha uma orientação de natureza católica, com duas delas funcionando como internatos e outras duas como escolas regulares. As duas restantes tinham uma orientação civil, com destaque para a Escola Popular. Apesar de promissora na realização das conferências, a Escola Popular Noturna viu-se limitada, momentaneamente, por fazer ecoar um projeto político e educacional distinto do que era operado e defendido pelos órgãos normativos de educação escolar – vinculados ao Estado – nas décadas finais do século XIX. Vale destacar que o curso de conferências populares fomentou duas questões: a formação curricular complementar e a constituição de uma representação de crenças dos partidários da Escola Popular - defensores de ideias de viés cientificista que fomentavam a defesa do progresso social, econômico e filosófico.

Dessa forma, como consequência da escassez de recursos e dos altos custos de manutenção do projeto de educação escolar civil direcionado à instrução primária privada na capital da província, a trajetória da Escola Popular Noturna de Fortaleza foi breve, com apenas dois anos de existência. Em julho de 1876, na abertura da 1ª sessão da 23ª legislatura, o presidente da província e desembargador Francisco de Faria Lemos sequer fez menção à Escola Popular Noturna entre as instituições de instrução

primária privada (Ceará, 1876). Esse contexto reforça o encerramento definitivo da instituição.

Considerações finais

As representações educacionais constituídas pelo Estado, pela Igreja e pela sociedade civil desempenharam papéis cruciais no funcionamento da instrução primária em Fortaleza. Essas instituições desempenharam funções distintas, mas muitas vezes complementares, na formação e no desenvolvimento da educação na cidade.

O propósito deste estudo consistiu em analisar as representações educacionais moldadas pelo Estado, pela Igreja e por membros da sociedade civil, a fim de explorar o impacto dessas perspectivas no funcionamento da instrução primária pública e privada em Fortaleza durante a segunda metade do período imperial.

A conclusão mais direta da pesquisa é que essas representações educacionais desempenharam um papel significativo ao trazer novos debates nas assembleias provinciais acerca da definição, seleção e organização de determinados projetos para a instrução primária, tais como a necessidade de programas de ensino com alinhamento ao cientificismo e/ou doutrina cristã.

Portanto, a experiência de produção e transformação da realidade por meio das práticas educativas foi caracterizada pela difusão de pensamentos, valores e ideias que eram intrínsecos ao contexto educacional. Esses conceitos eram formulados e rearticulados por meio de interações dialógicas entre indivíduos e as condições históricas que moldavam o ambiente em que estavam inseridos.

As principais contribuições deste estudo consistem, inicialmente, no exame dos processos de elaborações teóricas de representações, fato percebido nas diferentes forças educativas envolvidas na instrução primária pública e privada de Fortaleza na segunda metade do século XIX. As representações educacionais foram confrontadas em seguida, no intuito de perceber a pluralidade de valores, ideias e pensamentos existentes no ensino de primeiras letras.

Apesar dos propósitos alcançados neste estudo, resta um longo caminho a percorrer em prol dos objetivos, métodos e referenciais teóricos que se debruçam sobre História e Educação, pois foi somente na década de 1990 que a produção acadêmica deste ramo adquiriu contornos de uma síntese preocupada em solucionar problemas, discutir, refletir e analisar um objeto de pesquisa, sem reduzi-lo a análises majoritariamente quantitativas, como se observava na historiografia educacional das décadas de 1930 e 1940, expressa por Sousa Pinto, Plácido Castelo e Djacir Menezes.

Com base no que expomos, percebemos que o principal interesse do governo

provincial consistiu na ampliação da cobertura escolar nas cidades e povoações da província, com iniciativas que estabeleciam a organização do ensino segundo uma estrutura programática (focada no método e nas matérias de ensino) e material. Já a Igreja e a sociedade civil, inseridas em disputas políticas na segunda metade do século XIX, buscavam na instrução primária privada uma alavanca para disseminar suas ideias por meio de conferências, ora católicas (como a realizada por Manoel Soares Bezerra), ora racionalistas (como a realizada por Xilderico de Faria).

Os futuros trabalhos sobre a primeira metade do século XIX terão que se aprofundar em outras influências educacionais para trazer mais perspectivas sobre o estudo da instrução primária pública ou privada. Um exemplo notável é o Colégio dos Educandos Artífices, que dispõe de um conjunto de documentos abordando sua fundação, programas de ensino e fontes de financiamento propostas para apoiar essa iniciativa, inclusive em registros da Assembleia Legislativa Provincial. A partir dessas deliberações, as fontes sugerem oportunidades promissoras para investigar as representações educacionais desenvolvidas em relação aos educandos artífices, a fim de entender as representações educacionais oriundas desta escola.

A ideia subjacente é explorar a diversidade das influências educacionais envolvendo a instrução primária em Fortaleza, sempre considerando indivíduos, práticas e estruturas, situando-os em redes de relações mais complexas. Isso nos permite evitar análises isoladas e abordar as dinâmicas educacionais da época de forma mais abrangente.

Referências

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 70 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Francisco Alves de. O seminário de Fortaleza e a cultura cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 262-285, 1965.

BARROS, José D Assunção. *História, espaço e Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, 1827. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM..-15-10-1827.htm . Acesso em: 29 de junho de 2022.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. [Lisboa]: Memória e Sociedade, 2002.

CORDEIRO, Celeste. *Antigos e modernos no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.

CEARÁ. *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Exmo. Presidente da mesma Província o Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque na 1ª sessão da 22ª Legislatura em 1º de novembro de 1868*. Fortaleza: Typographia Brasileira de J. Evangelista, 1868. p. 20.

CEARÁ. *Falla com que o excellentissimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1.a sessão da 18.a legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no 1.o de setembro de 1870*. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1870. pp. 26 - 29.

CEARÁ. *Relatório com que o Exm. Sr.Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior passou a administração da província do Ceará ao Exm. Sr. 2. Vice – Presidente Coronel Joaquim da Cunha Freire no dia 26 de abril de 1871*. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1871. p. 14.

CEARÁ. *Relatório com que o excellentissimo senhor conselheiro Barão de Taquary passou a administração da província do Ceará ao excellentissimo senhor Comendador Joaquim da Cunha Freire 2º Vice – Presidente da mesma no dia 8 de Janeiro de 1872*. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1872. pp. 18 – 19.

CEARÁ. *Falla com que o excellentissimo senhor desembargador Francisco de Faria Lemos, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1.o de julho de 1876*. Fortaleza: Typographia Cearense, 1876. pp. 11 – 12.

DINIZ, Dianaides Maria Fernandes. *E o que é um professor, na ordem das coisas?: docência de primeiras letras no Ceará imperial*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

DIVERSOS. *Fraternidade*, Fortaleza, 11 de dezembro de 1874. Eschola Popular. Ed. 51. P. 4.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135 - 150.

FEITOSA, Adriana Madja dos Santos. *Escola Primária na Província do Ceará: Organização e formação docente*. In: Congresso Brasileiro da História da Educação, 5., 2008, Aracajú.

Anais [...]. Aracaju: [s. n.], 2008a.

FEITOSA, Adriana Madja dos Santos. Escola Primária na Província do Ceará: Organização e Formação Docente. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008b. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=49085>. Acesso em: 29 jun. 2022.

FRATERNIDADE. Fraternidade, 31 de julho de 1874. Collegio da Conceição. Ed. 36. p. 1.

FREIRE, Camila de Sousa; SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 440-463, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufr.br/revistapassagens/article/view/46028>. Acesso em: 3 maio 2022.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Ana Cristina Pereira. *Infância e recolhimento: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. 2019. 318f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

NOTICIÁRIO. Jornal O Cearense, Fortaleza, 11 de janeiro de 1868. Volumes das principais bibliotecas da Europa. Ed. 2538. P. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=7792>

NOTICIÁRIO. O Cearense, Fortaleza, 18 de outubro de 1871. Primeira comunhão. Ed. 120. P. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20187&pesq=derigido%20pelas%20congregadas%20de%20S.%20Vicente%20de%20Paula&pagfis=9610>

NOTICIÁRIO. O Cearense, Fortaleza, 31 de maio de 1874. Eschola nocturna. Ed. 44. P. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=10473>

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.) *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. *Compilação das Leis Provinciais do Ceará: compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso*. Fortaleza: INESP, 2009. 550 p. 3 v. (Coleção Assembleia Histórica: Memória, Estado e Sociedade, t 1). Ed. Fac-similada da edição publicada em 1862.

PORTO, Márcio de Souza. Catolicismo laico e catolicismo romanizado no Ceará: tensões, conflitos e resistências, na transição do século XIX para o século XX (esse estranho felismono). *Revista de Humanidades*, Fortaleza, v. 7, n. 17, p. 230-248, jul. 2005.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos Santos. *A instrução secundária nas aulas avulsas e o*

Liceu Provincial (1784-1892). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2018.

SANTOS, Cícero Edinaldo dos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (org.). *História e educação comparada: discursos, instituições e práticas educativas*. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos Santos; ANANIAS, Mauricéia. O Liceu Provincial das Alagoas: espaços e tempos escolares (1849-1892). In: FERRONATO, Cristiano. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da (org.). *Liceus e Ateneus no Brasil dos Oitocentos*. Jundiá: Paco Editorial, 2020.

SILVA, Marcos José Diniz. *No compasso do progresso – a Maçonaria e os trabalhadores Cearenses*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

SILVA, Bárbara Eliza Soares. *Uma história da educação: a invenção da instrução pública na província do Ceará (1858-1889)*. 2012. 137f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Documentos de política educacional no Ceará: Império e República*. Brasília, DF: INEPE, 2006a. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

VIEIRA Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Leis da Reforma da Educação no Ceará*. Brasília, DF: INEP, 2006b. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

XAVIER, Antônio Roberto; LIMA, Glauber Robson Oliveira; XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale. História e Educação no Ceará: da Colônia à República Velha. *Revista Historiar*, Sobral, v. 12, n. 22, p. 43 -57, jan./jun. 2020.

Notas

¹Mestre em História, Cultura e Especialidades (PPGHCE) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

²Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Social (UFC).

³O seminário episcopal era composto por um núcleo de prelados recém-formados nas universidades de Roma e defensores do ordenamento dos bens de salvação pela Santa Sé. O ensino, alinhado aos interesses do clero, foi sistematizado em duas vertentes: preparatório (Pequeno Seminário com disciplinas de língua nacional, francês, latim, aritmética, matemática, geografia, história geral e história do Brasil) e teológico (Grande Seminário com disciplinas de teologia moral e dogmática, direito canônico, história eclesial, liturgia, eloquência sagrada, escritura sagrada e cantochão).

⁴Conforme o Jornal Fraternidade, existiam diferenças de tratamento no âmbito pedagógico entre alunas pensionistas e órfãs. Cf.: *Fraternidade*, Fortaleza. 11.12.1874. Edição n. 51. p. 2.